

## EDITORIAL

O Curso Economia da FAE Centro Universitário lança a revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura*, referente a julho de 2016, contendo três artigos, discutindo assuntos relativos à economia brasileira, além das seções permanentes do Panorama Econômico e dos Indicadores.

O primeiro texto aborda as chances de reerguimento da indústria operante no território nacional, elencando as condutas da microeconomia. O segundo artigo interpreta, de maneira regionalizada, a crise da produção fabril do País. A terceira reflexão sistematiza e avalia os sinais de recuperação da confiança, emitidos pelos agentes sociais.

Excelente leitura.

*Gilmar Mendes Lourenço*

*Editor*

## EQUIPE TÉCNICA



### ***Carlos Ilton Cleto***

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



### ***Gilmar Mendes Lourenço***

Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da FAE, eleito “O Economista Paranaense Acadêmico do Ano de 2011”, pelo Corecon/PR, e vencedor do Prêmio “Imprensa”, em 2011, 2012, 2013 e 2014, na categoria gestor de empresa pública, oferecidos pelo grupo Quality TV & Jornais.



### ***Gustavo Nunes Mourão***

Economista, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá e professor da FAE.

## A MICROECONOMIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

*Gilmar Mendes Lourenço*

Reconhecidamente, o assunto relativo à drástica queda de competitividade do setor industrial operante no Brasil está presente na mesa de discussões e proposições das comunidades acadêmica e empresarial e do próprio executivo federal. Afinal, não foi por acaso que a participação do parque de transformação na renda interna do País caiu de 17,8%, em 2004, para 11,4%, em 2015.

A avaliação corrente imputa o flagelo fabril à interferência de um grupo de elementos desfavoráveis relevantes, conhecidos como aspectos sistêmicos, com ênfase para a elevada carga tributária, o substancial custo do capital, expresso nos juros estratosféricos, a precariedade infraestrutural, o câmbio ainda apreciado, a excessiva burocracia, a insuficiência de inversões em ciência e tecnologia, a escassez e o alto custo do fator trabalho, entre outros entraves.

A solução para o problema, na visão protecionista, requereria o aumento das alíquotas dos impostos de importação e a concessão de incentivos tributários e de subsídios, numa espécie de restauração das principais bases do modelo de industrialização por substituição de importações, vigente no Brasil entre o começo dos anos 1930 e o final da década de 1970.

Embora seja importante a consideração da necessidade de correção daquelas variáveis de eficiência, que afetam a performance de todo o sistema de produção e transações, a observação parece inoportuna e, mais que isso, incompleta, por não incorporar, no conjunto de entraves, não a panaceia da racionalidade do mercado reinando soberanamente, mas os pontos derivados do funcionamento específico da microeconomia fabril da nação.

Mais precisamente, há que atentar para os fatores determinantes das discrepâncias, muitas vezes apreciáveis, de custo e produtividade entre os distintos ramos de atividade e, no interior destes, entre as várias unidades industriais, fruto de diferentes posturas e táticas empregadas pelas organizações.

A esse respeito, um primeiro eixo de abordagem micro compreende o racional e firme posicionamento do negócio, especialmente em um País detentor de vantagens comparativas naturais quase que exclusivamente nas cadeias produtivas atreladas às commodities alimentares, minerais e metálicas. Nesse particular, certas companhias vêm perseguindo, de forma ferrenha, a aplicação de estratégias de mercado diferenciado, centrada em inovações tecnológicas, marcas específicas e contemporâneos patamares de serviços, capazes de anular majorações de despesas mediante maior agregação de valor nas etapas e processos.

*É fundamental o encaixe pesado das corporações na internacionalização dos fluxos de produção e de comércio, priorizando a concatenação com fornecedores em escala global.*

Uma segunda fronteira, em contraposição aos defensores da reversão da liberalização comercial, corresponde ao encaixe pesado das corporações na internacionalização dos fluxos de produção e de comércio, priorizando a concatenação com fornecedores em escala global e ações voltadas à penetração em mercados novos e qualitativamente superiores nas exigências e especificações de demanda, o que facilita o desenvolvimento e a otimização de peculiaridades e competências pontuais na matriz de operações e transformação industrial.

Aliás, parcela razoável das corporações cumpriu essa permanente tarefa de casa em dois momentos do passado recente: no princípio da década de 1990, amparada numa postura defensiva, para fazer face ao maior grau de exposição à concorrência externa, ocasionada pela escancarada dos fluxos comerciais, em um ambiente de recessão doméstica visando o combate à inflação, promovida pelo governo Collor; e, no decênio de 2000, jogando no ataque, buscando a ampliação e diversificação da pauta e dos destinos das

vendas ao exterior, e também dos investimentos diretos, tirando proveito do maior ciclo ascendente da economia mundial pós II Guerra.

Um terceiro eixo abarca a elevação dos níveis de eficiência com a utilização de modernas e disseminadas técnicas produção e de gestão. No campo dos métodos de produção, sobressaem a racionalização de linhas, a substituição de processos, a terceirização e a automação. No terreno da gestão, o salto está vinculado ao estabelecimento de planos de resultados, ancorados em metas, descentralização decisória, com a eliminação de degraus hierárquicos, e da aplicação de recompensas diferenciadas por méritos.

Por certo, com o clima macroeconômico atual, as chances do desencadeamento de posições empresariais mais ousadas ainda são exíguas, estando mais para uma situação de compasso de espera. Porém, é preciso entender que a cautela em demasia pode ensejar uma passividade perene e representar a perpetuação de perdas, principalmente se for contemplada a hipótese de que a economia global está fincando as raízes de uma recuperação, ainda que em uma velocidade mais lenta do que a verificada entre 2002 e 2007.

Ademais, o Brasil está condenado a derrubar os empecilhos ao crescimento, independentemente dos governos, desde que dotado de algumas bússolas, acompanhadas de ousadia coletiva, na direção da formulação e execução de uma política industrial abrangente, que priorize a combinação entre progresso técnico e geração de empregos, ladeada por reformas estruturais que propiciem a depreciação sustentada do real, desprovida de pressões inflacionárias.

A luta pela concretização das modificações institucionais (tributária, fiscal, administrativa, patrimonial, previdenciária, financeira, trabalhista, etc.), pode constituir o item principal da vertente política a contribuir para o reerguimento do ânimo dos agentes privados, ainda demasiadamente presos ao padrão custos em prejuízo de outros itens concorrenciais mais focados em capacitações e inovações.

## A REGIONALIZAÇÃO DA RECESSÃO INDUSTRIAL

Gilmar Mendes Lourenço

Os dados relativos à evolução da produção industrial brasileira, no primeiro quadrimestre de 2016, acompanhados por pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam o agravamento da crise no setor fabril, iniciada em meados de 2014, como reflexo da retração da demanda externa e, principalmente, do abandono, por parte do governo federal, da tarefa de adoção e monitoramento de uma política econômica direcionada à recuperação e preservação do ambiente de negócios, no front doméstico.

O volume de produção das atividades industriais instaladas no País declinou -10,5% entre janeiro e abril de 2016, comparado com igual intervalo de 2015, quando foi registrada queda de -6,1%. No segundo e terceiro quarto de 2015, os abalos foram de -7,0% e -11,5%. Trata-se das piores performances constatadas pela série histórica de investigação, nesta base de cotejo, com retração generalizada puxada por bens de consumo duráveis (-26,5%), por conta da deterioração do mercado de trabalho e de crédito e dos fluxos de renda e das condições de endividamento das famílias.

Outro decréscimo expressivo aconteceu em bens de capital (-25,9%), associado a fatores objetivos como o encolhimento da demanda e à escassez e encarecimento dos financiamentos para investimentos, e a elementos atrelados à exacerbação das expectativas negativas dos agentes sociais em relação ao futuro, derivada da mistura entre instabilidade econômica e política.

A rota cadente verificada nessas duas categorias, somada aos escândalos de corrupção envolvendo várias empresas da área de insumos básicos e matérias primas, capitaneadas pela estatal de petróleo, empurraram para o pântano recessivo a fabricação de bens intermediários (-9,6%).

Nem mesmo a classe de bens de consumo não duráveis e semiduráveis, menos sensível à atmosfera de turbulência por dedicar-se ao suprimento da procura vinculada à massa salarial, conseguiu escapar do colapso produtivo, acusando recuo de -2,8%, em razão da redução da capacidade de compra da população, com a escalada do desemprego, inflação e inadimplência.

*O cenário depressivo é praticamente generalizado regionalmente, atingindo onze, de um grupo de quatorze, unidades federativas, em especial aquelas detentoras de matrizes industriais consideradas avançadas e diversificadas.*

Ao mesmo tempo, é fácil perceber que o cenário depressivo é praticamente generalizado regionalmente, atingindo onze, de um grupo de quatorze, unidades federativas, em especial aquelas detentoras de matrizes industriais consideradas avançadas e diversificadas. Mais precisamente, os complexos de transformação operantes no Espírito Santo (-22,3%), Pernambuco (-22,1%), Amazonas (-21,7%), São Paulo (-11,0%), Minas Gerais (-10,1%), Rio de Janeiro (-9,9%), Paraná e Goiás (-8,4%), Santa Catarina (-8,0%) e Rio Grande do Sul (-6,9%), comandaram o movimento ladeira abaixo do setor.

As três exceções ao desempenho ruim foram Pará (10,1%), Mato Grosso (5,3%) e Bahia (2,4%). No Pará, a subida está diretamente relacionada ao comportamento positivo de três, entre sete ramos, concentrados na extração e beneficiamento de minério de ferro, alumínio e celulose, em resposta ao moderado, porém generalizado, reerguimento da economia global.

O acréscimo da produção de Mato Grosso, apurado em três de seis divisões, possui raízes na recuperação do agronegócio (carne bovina, complexo soja e adubos e fertilizantes) e bebidas. Já a ascensão da Bahia (três segmentos de seis) tem laços com o processamento de petróleo (gasolina e diesel) e metalurgia do ferro.

Como se vê, não há lugar para ilhas de dinamismo na conjuntura contracionista brasileira. Apenas três estados menos expressivos exibiram expansão pontual, ancorada em atividades de menor densidade tecnológica ou agregação de valor, incapazes de compensar o autêntico definhamento das firmas industriais, atestado pela diminuição da participação do setor de transformação na formação da renda interna da nação de 17,8%, em 2004, para 11,4%, em 2015.

A virada desse jogo depende da renovação da capacidade de formulação de uma política industrial de longo prazo, definidora de ganhadores e perdedores diretos de uma nova etapa de crescimento. A redução das taxas de juros constitui um excelente começo. Se, para que isso aconteça, é necessário o ajuste fiscal, que este seja feito o mais rápido possível. Basta desejo político e bastante audácia.

## TRAÇOS DA REVERSÃO DA CURVA DE DESCONFIANÇA

*Gilmar Mendes Lourenço*

Alguns indicadores de natureza qualitativa, obtidos de inquéritos realizados por entidades de classe, denotaram, em maio de 2016, moderados sinais de inversão da marcha de insegurança, manifestados por empresas e famílias brasileiras que foram, ou vem sendo, castigadas pela instabilidade econômica e política que atinge o País, preponderantemente desde o ano de 2014.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de confiança do empresário industrial (ICEI) registrou 45,7 pontos em junho, aumentando pelo segundo mês seguido e representando o maior patamar em dezessete meses. Ainda assim, o resultado (que pode variar entre zero e 100 pontos, sinalizando otimismo quando supera a marca de 50 pontos), situou-se abaixo da média de 54,3 pontos da série histórica acompanhada desde janeiro de 2012.

Ao mesmo tempo, pela ótica das famílias, outra pesquisa da CNI demonstra que o índice nacional de expectativa do consumidor (INEC) acusou relevante avanço, subindo de 97,3 pontos, em abril, e 98,6 pontos, em maio de 2015, para 105,2 pontos, em maio de 2016, versus média histórica de 109,2 pontos. O parâmetro varia entre 0 (zero) e 200 pontos, ocupando uma espécie de zona de esperança sempre que supera 100 pontos.

Sem dúvida, trata-se de aferições que expressam o começo da recuperação do ânimo dos agentes sociais (empresários e consumidores), apoiado no afastamento da ex-presidente da república, com a instauração do impeachment pelo senado, e na explicitação das diretrizes econômicas do governo em exercício, focadas na necessidade de perseguição de realismo fiscal, condição essencial para o reequilíbrio das contas públicas, a redução estrutural dos juros e a retomada do crescimento econômico em bases sólidas.

No entanto, é prudente entender que o delineamento de um ambiente de inversão das expectativas negativas tem sido fortemente influenciado pelo desejo coletivo de escape da conjuntura desesperadora vivida pela nação, herdada da ausência de uma orientação macroeconômica consistente, desde o final de 2008, quando o executivo federal optou pela aplicação de regras de cunho populista e intervencionista, avessas à responsabilidade fiscal e generosas na utilização político-partidária das corporações estatais e dos orçamentos públicos.

*Nota-se apreciável hiato temporal entre a generalizada vontade de restauração de padrões de expansão econômica e a produção de condições objetivas para a superação do cenário adverso.*

Na verdade, nota-se ainda um apreciável hiato temporal entre a generalizada vontade de restauração de padrões de expansão econômica, combinando aprofundamento da inclusão social com modernização produtiva e inserção internacional competitiva, e a produção de condições objetivas para a superação do cenário adverso, enfrentado pelas corporações e famílias, na direção do reerguimento dos níveis de atividade, renda e emprego.

Até porque, basta um breve exame das variáveis correntes para constatar a intensificação do clima de terra arrasada. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a falta de ocupação alcançou 11,4 milhões de pessoas, no trimestre compreendido entre março e maio de 2016, o que equivale a 11,2% da população economicamente ativa (PEA), versus 8,1% da PEA, no mesmo trimestre de 2015.

A CNI também apurou a consolidação da trajetória recessiva do parque de transformação operante no País, evidenciada pela décima sétima redução mensal do contingente empregado no setor. Para corroborar, conforme o

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, houve o fechamento líquido de 1.781.906 postos formais de trabalho em doze meses encerrados em maio de 2016.

Na mesma linha, levantamento preparado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) atesta substancial agravamento das condições de endividamento e inadimplência dos consumidores. Mesmo com recuo da proporção de famílias endividadas (58,17% do total, em junho de 2016, ante 58,7%, em maio, e 62,0%, em junho de 2015), a fatia com contas em atraso subiu de 21,3% para 23,5%, em um ano, e, os que declaram não ter possibilidades de quitação dos débitos, passaram de 7,9% para 9,1% da população, no período em tela.

Não por acaso, as cadernetas de poupança, a mais tradicional modalidade de aplicação financeira do País, experimentou evasão (volume de retiradas menos depósitos) líquida de R\$ 38,88 bilhões, entre janeiro e maio de 2016, consubstanciando perdas recordes e superando em mais de 20%, a saída líquida de recursos verificada em idêntico período de 2015, quando somou R\$ 32,28 bilhões.

A produção de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus decresceu -24,3%, no intervalo de tempo compreendido entre janeiro e maio de 2016, em comparação com os primeiros cinco meses de 2015, sendo que o volume de 175,3 mil unidades, produzido em maio, foi o pior para o mês desde 2004.

A intenção de consumo das famílias (ICF), igualmente medida pela CNC, declinou para 68,7 pontos (oscila entre zero e duzentos), em junho de 2016, o menor nível da trajetória de aferições, efetuadas desde 2010, contra 73,2 pontos, em abril, e 69,9 pontos, em maio, e 91,7 pontos, em igual mês de 2015, traduzindo a penúria presente e prospectiva mercado de trabalho (emprego e rendimentos).

Nesse contexto, parece absolutamente precipitada a ideia de que a sociedade nacional estaria em franca edificação da obra de reconstrução da dinâmica acelerada dos negócios. Embora altamente desejável, a concretização desse empreendimento depende da evolução do ciclo político, ainda obscurecida pelas incertezas quanto ao timing, e à própria definição, do desfecho do processo de impedimento, e às contradições expostas pelo comando institucional interino, extremamente subordinado às demandas legislativas e/ou corporativas, pouco sensíveis às exigências de austeridade fiscal.



## Panorama Econômico – Junho/2016

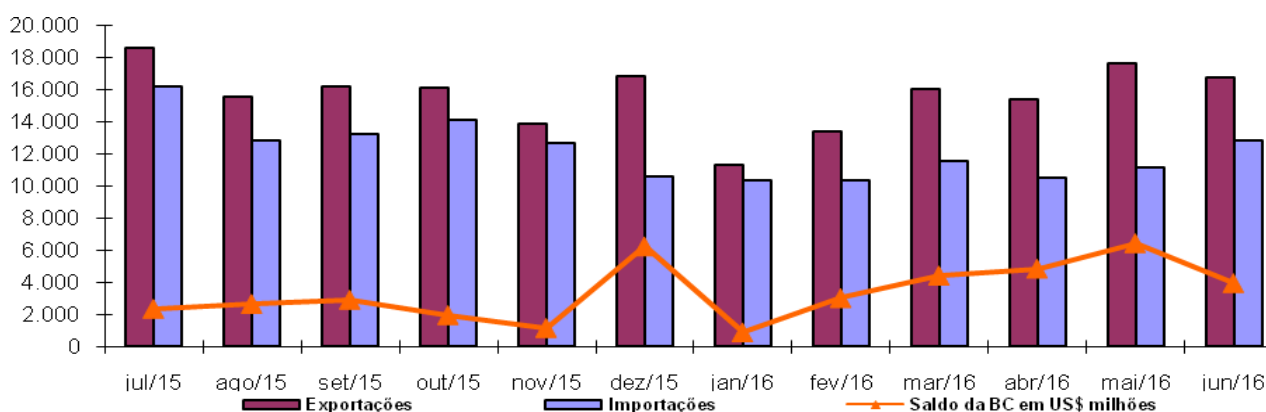
Carlos Ilton Cleto

### Comércio Internacional

#### Balança Comercial – (Junho/2016) - MDIC

##### Fato

Em junho a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 3,97 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 16,74 bilhões e *importações* de US\$ 12,77 bilhões. No ano o *superávit* é de US\$ 23,64 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 90,24 bilhões, e *importações* de US\$ 66,60 bilhões. No mês, a *corrente do comércio* foi de US\$ 29,51 bilhões, e no ano US\$ 156,84 bilhões.



FONTE: MDIC

##### Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram recuo de 18,6%, e as *importações* de 19,3%. Pelo mesmo critério, na comparação com maio de 2016, houve queda de 9,0% nas *exportações* e crescimento de 9,5% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou diminuição de 18,9% com relação ao mesmo mês do ano anterior e redução de 1,9% na comparação com maio de 2016.

Em junho de 2016, na comparação com igual mês do ano anterior, houve recuo nas *exportações* de produtos *básicos*, 21,7% e *manufaturados*, 21,0%. Por outro lado aumentaram as vendas de *semimanufaturados*, 3,7%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Índia. Pelo mesmo critério de comparação, houve queda de 49,7% nas *importações de combustíveis e lubrificantes*, 30,2%, nos *bens de consumo*, 19,9%, nos *bens intermediários* e crescimento de 24,4% nos *bens de capital*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Coreia do Sul, Alemanha e Argentina.

No acumulado do ano, frente a igual período do ano anterior o recuo nas *exportações* foi de 5,9% determinada por queda nos produtos *básicos*, 7,9%, *manufaturados*, 4,0% e *semimanufaturados*, 1,5%. Nesta comparação as *importações* caíram 28,9%, devido ao recuo em todos os seus componentes: *combustíveis e lubrificantes*, 48,9%, *bens de consumo*, 27,5%, *bens intermediários*, 26,8% e *bens de capital*, 19,9%. Ainda no acumulado do ano, os principais destinos das *exportações* brasileiras foram China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão e os nossos principais fornecedores foram, China, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coreia do Sul.

##### Consequências

O *comércio exterior* vem sofrendo os efeitos do *desaquecimento da atividade interna* e da *variação cambial*, afetando de forma mais intensa as *importações*, que nos valores acumulados no ano apresenta recuo mais intenso do que as *exportações*.

## Atividade

### Produção Industrial Mensal (Abril/2016) – IBGE

#### Fato

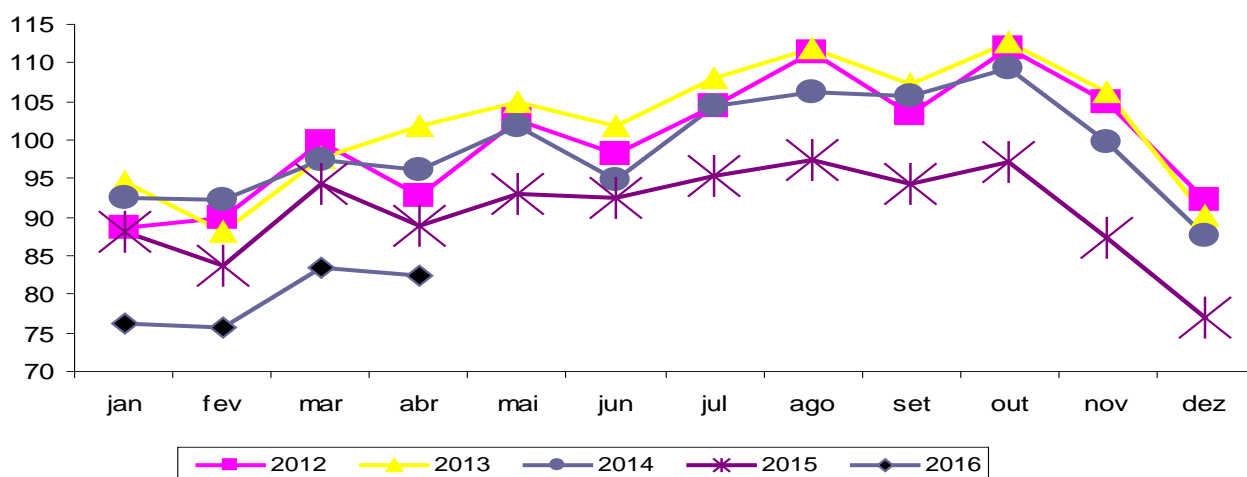
Em abril, a *produção industrial* avançou 0,1%. Na comparação com abril do ano passado houve queda de 7,2%. No acumulado do ano a *produção industrial* caiu 10,5%, e em doze meses 9,6%.

#### Causa

Na comparação com o mês anterior, por categoria de uso, o *setor de bens de capital*, registrou o maior avanço, 1,2%, seguido pelos *bens intermediários* 0,1%. Os *bens de consumo duráveis* e os *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* tiveram queda de 4,4% e 0,6%, respectivamente.

Comparativamente a abril de 2015, o segmento de *bens de consumo duráveis* teve o maior recuo, 23,7%, com destaque para *menor fabricação de automóveis e eletrodomésticos da "linha marrom"*. O segmento de *bens de capital* recuou 16,5%, com queda na maior parte dos seus grupamentos e com claro destaque para *bens de capital para equipamentos de transporte*. Os *bens intermediários* caíram 7,5%, os *bens de consumo semi e não-duráveis* tiveram crescimento de 1,9%.

Produção Industrial BRASIL



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Consequência

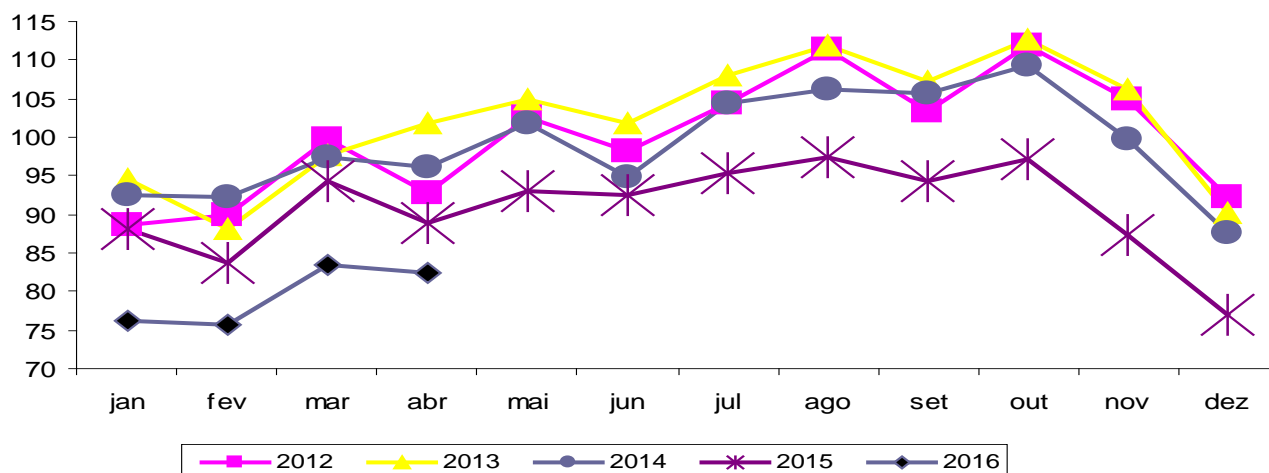
A principal origem do desaquecimento da *atividade econômica* no Brasil tem sido proveniente da *atividade industrial*, que não ameaça apresentar recuperação mais intensa nos próximos meses.

### Pesquisa Industrial - Regional – (Abril/2016) - IBGE

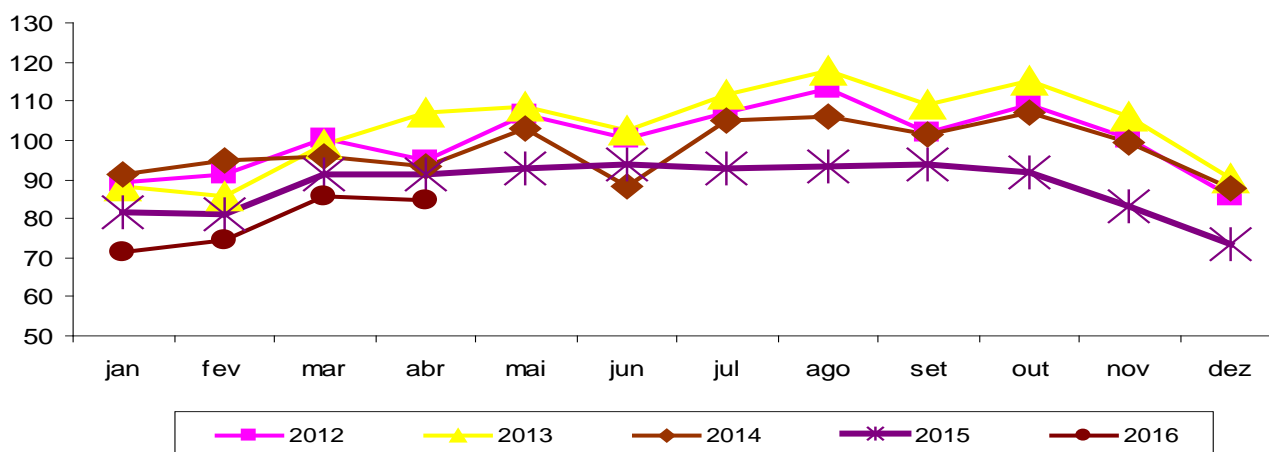
#### Fato

Entre março e abril, a *produção industrial* cresceu em cinco das quatorze regiões pesquisadas e na comparação com abril de 2015, treze dos quinze locais pesquisados registraram recuo. No **Paraná** a *produção industrial* caiu 0,5% frente ao mês anterior e 7,5% na comparação com abril de 2015.

### Produção Industrial BRASIL



### Produção Industrial PARANÁ



FONTE: IBGE Índice de base fixa sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100) (Número índice)

#### Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram aumento na produção foram: Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. As maiores quedas ocorreram no Amazonas, Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina e Ceará. Na comparação com abril de 2015, os maiores recuos foram no Espírito Santo, Amazonas, Rio de Janeiro, Pernambuco Rio Grande do Sul e **Paraná**. Os únicos avanços ocorreram no Pará e no Mato Grosso.

No **Paraná**, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o recuo representou a décima taxa negativa consecutiva. A queda na produção foi principalmente condicionada por: *máquinas e equipamentos, veículos automotores, reboques e carrocerias, coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, produtos químicos, produtos de metal, produtos de minerais não-metálicos e de móveis*. Por outro lado, o avanço mais expressivo foi registrado em: *produtos alimentícios*.

#### Consequência

De maneira semelhante ao cenário nacional a *indústria paranaense* segue em patamar baixo, podendo alguma recuperação ocorrer nos próximos períodos.

## Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre – mar-abr-maio de 2016) – IBGE

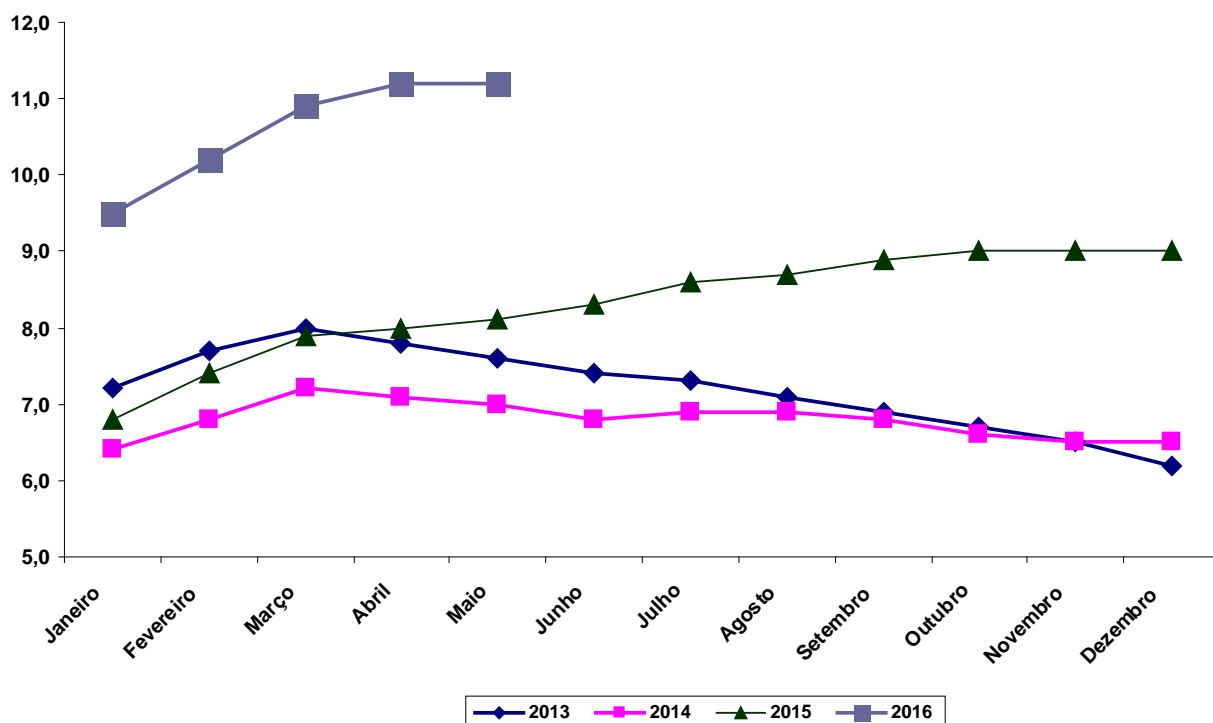
### Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em maio 2016, *taxa de desocupação* de 11,2%, com crescimento de 3,1 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior e 1,0 p.p., na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro.

O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 1.982 ficando estável na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro e caindo 2,7% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

### Causa

Neste trimestre havia 11,4 milhões de pessoas desocupadas, no trimestre encerrado em fevereiro este contingente era de 10,3 milhões e no mesmo trimestre do ano anterior a taxa de desocupação era de 8,1 milhões, espelhando, portanto crescimento de 10,3% frente ao trimestre encerrado em fevereiro e 40,3% frente ao trimestre encerrado em maio do ano anterior. O número de pessoas ocupadas foi estimado em 90,8 milhões.



### Consequência

Apesar da estabilidade na comparação com o trimestre encerrado em abril, o *desemprego* ainda segue em patamar elevado, devendo apresentar ainda algum crescimento antes do início da *recuperação da atividade econômica*.

## Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Maio/2016) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

### Fato

Em maio, a estimativa da *safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas*, estimou uma produção de 195,9 milhões de toneladas, 6,5% inferior à safra de 2015 e 4,6 %, abaixo da previsão de abril. A *área a ser colhida*, 57,7 milhões de hectares, está 0,2% acima da registrada no ano passado.

## Causa

Na comparação com a produção de 2015, as três principais culturas, o arroz, o milho e soja que juntos representam 92,5% do total da produção nacional, registraram recuo na produção, respectivamente de 11,6%, 14,1% e 0,4%.

O levantamento sistemático da produção agrícola, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, registrou variação positiva para onze dos vinte e seis produtos analisados: amendoim em casca 1ª safra, aveia em grão, batata-inglesa 1ª e 2ª safras, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, cebola, cevada em grão, mamona em baga, trigo em grão e triticale em grão. Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 2ª safra, arroz em casca, batata-inglesa 3ª safra, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras, laranja, mandioca, milho em grão 1ª e 2ª safras, soja em grão e sorgo em grão.

Regionalmente, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas está assim distribuída: Centro-Oeste, 81,7 milhões de toneladas, Sul, 75,2 milhões, Sudeste, 19,7 milhões, Nordeste, 12,6 milhões e Norte, 6,7 milhões. O Estado do Mato Grosso do Sul, mantém a posição de liderança na produção nacional de grãos, com participação de 24,4%, seguido pelo Estado do Paraná, com 19,0%.

## Consequência

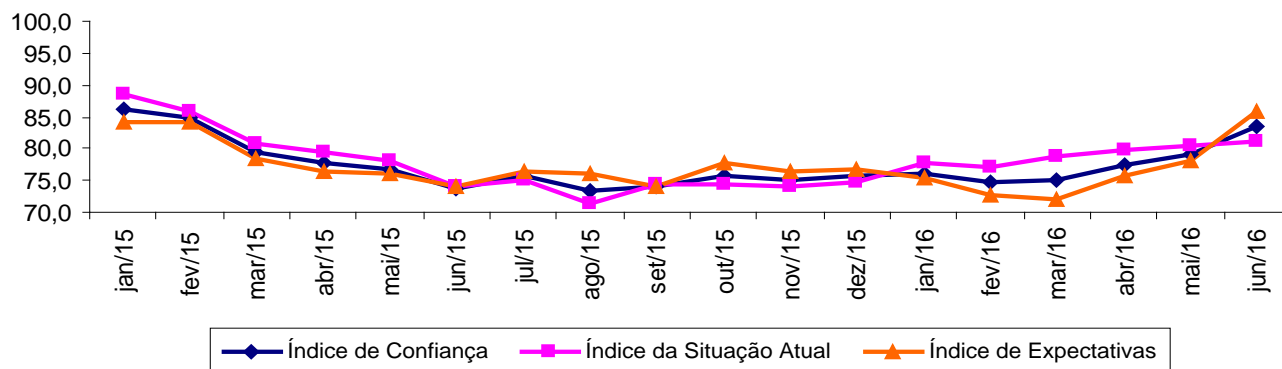
De acordo com prognóstico das áreas plantadas, realizado pelo IBGE em maio, a safra de grãos em 2016 será inferior a do ano anterior, porém este prognóstico deverá apresentar resultados diferentes ao longo do ano, estando condicionado, ao regime de chuvas.

## Atividade

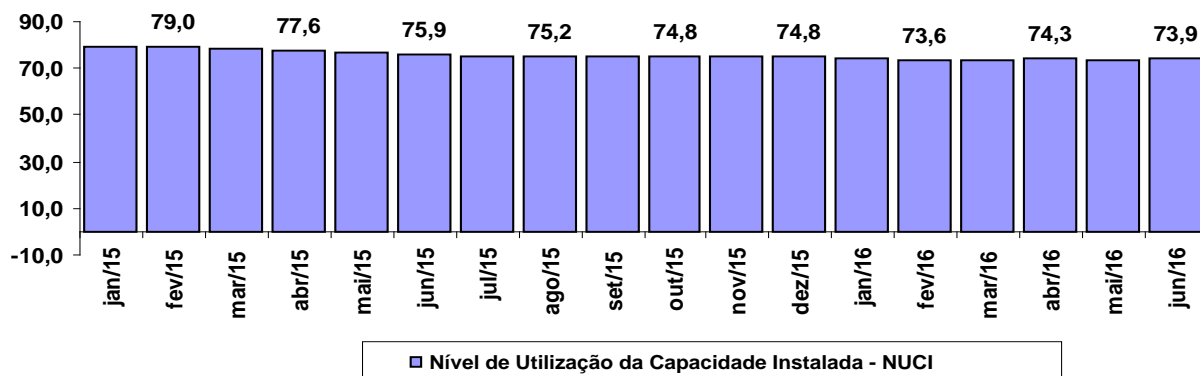
### Sondagem da Indústria (Junho/2016) – FGV

#### Fato

Na passagem de maio para junho, o Índice de Confiança da Indústria de Transformação ICI, registrou avanço de 4,2 pontos, chegando a 83,4 pontos, o maior nível desde fevereiro de 2015. A verificação apresentou crescimento tanto no Índice da Situação Atual – ISA, 0,7 pontos, como no Índice de Expectativas – IE, 7,5 pontos. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI ficou relativamente estável no mês, em 73,9%.



FONTE: FGV



FONTE: FGV

### Causa

Em junho o **ISA** passou de 80,5 para 81,2 pontos. O quesito que mede o *nível atual de demanda* foi o principal determinante para a alta, combinando, estabilidade na avaliação sobre *demanda externa* e melhora nas percepções sobre a *demanda interna*. O **IE** avançou de 78,2 para 85,7 pontos, com o *indicador de perspectivas para a produção nos três meses seguintes* tornando-se mais favorável pelo terceiro mês consecutivo, atingindo 93,9 pontos, o maior patamar desde abril de 2014.

### Consequências

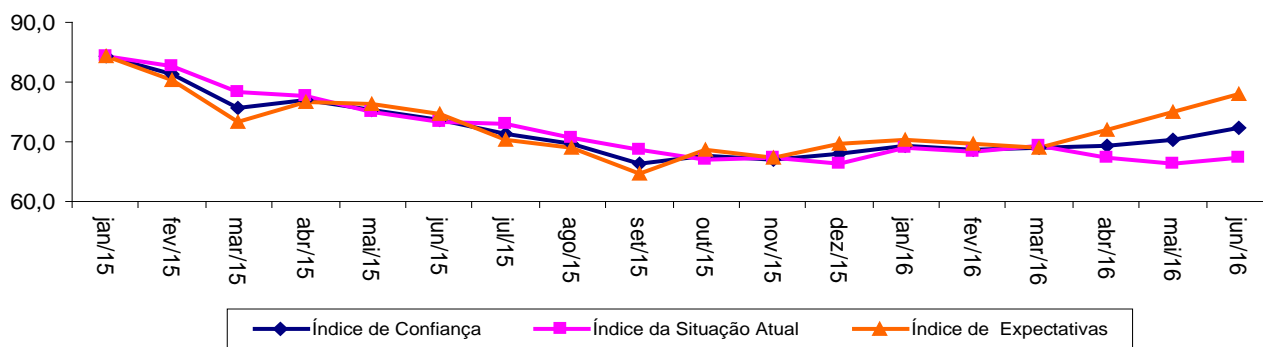
Embora a *indústria* siga em patamar baixo, o indicador apresentou avanço pelo terceiro mês consecutivo, demonstrando *redução no grau de pessimismo*. A consistência da recuperação depende do *crescimento da demanda* e da *redução das incertezas no ambiente político*.

### Atividade

#### Sondagem de Serviços (Junho/2016) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* subiu 1,9 ponto na comparação com o mês anterior atingindo 72,4 pontos, após a quarta alta consecutiva, registra o maior nível desde junho do ano passado. Na mesma comparação, o *Índice da Situação Atual - ISA* cresceu 1,0 ponto passando de 66,5 para 67,5 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* avançou 3,0 pontos, atingindo 78,0 pontos.



FONTES: FGV

### Causa

No **ISA**, destacou-se a avaliação positiva sobre o *volume de demanda atual*, com alta de 2,0 pontos. Nas *expectativas*, houve avanço nos dois componentes avaliados, com destaque para o *indicador de evolução dos negócios durante os seis meses seguintes*, que avançou 4,5 pontos, após subir 3,6 pontos no mês anterior.

### Consequência

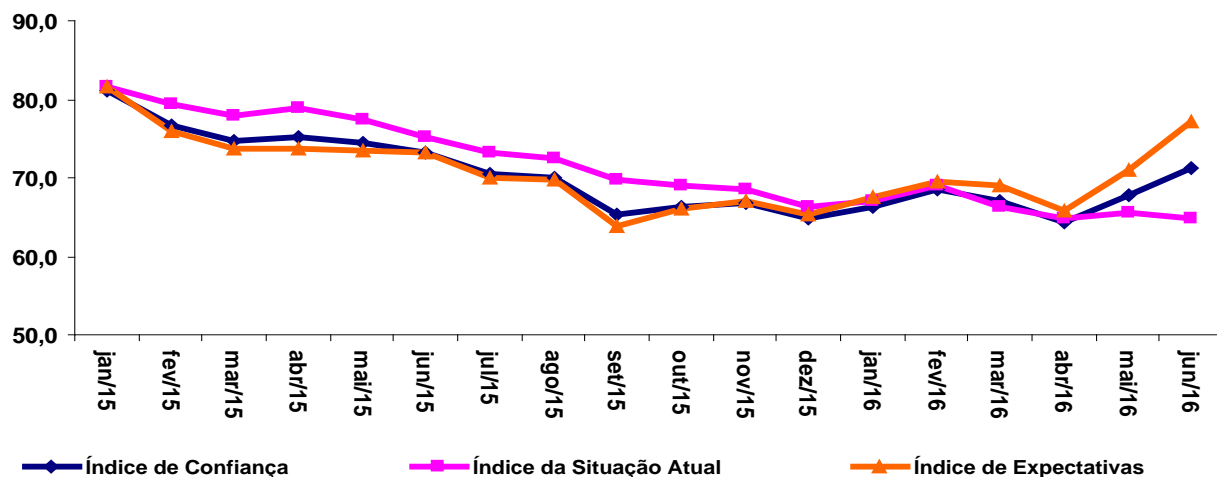
O *setor de serviços* segue apresentando recuperação, apesar de a mesma estar sendo puxada pelo *indicador que mede as expectativas*.

## Atividade

### ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Junho/2016) – FGV

#### Fato

Entre os meses de maio e junho, o ICC avançou 3,4 pontos passando de 67,9 para 71,3 pontos. O índice da Situação Atual diminuiu 0,8 pontos, de 65,5 para 64,7 pontos. O Índice das *Expectativas* aumentou 6,0 pontos, de 71,1 para 77,1 pontos, o maior desde janeiro de 2015.



FONTES: FGV

#### Causa

Com referência a *situação presente*, a proporção de consumidores que avaliam a *atual situação financeira da família* caiu 2,4 pontos, refletindo uma acomodação no nível mínimo histórico, após ter avançado 2,7 pontos no mês de maio. No que tange as *expectativas*, o indicador que mede a *evolução da situação financeira familiar* subiu 6,2 pontos, ao passar de 75,6 para 81,8 pontos.

#### Consequência

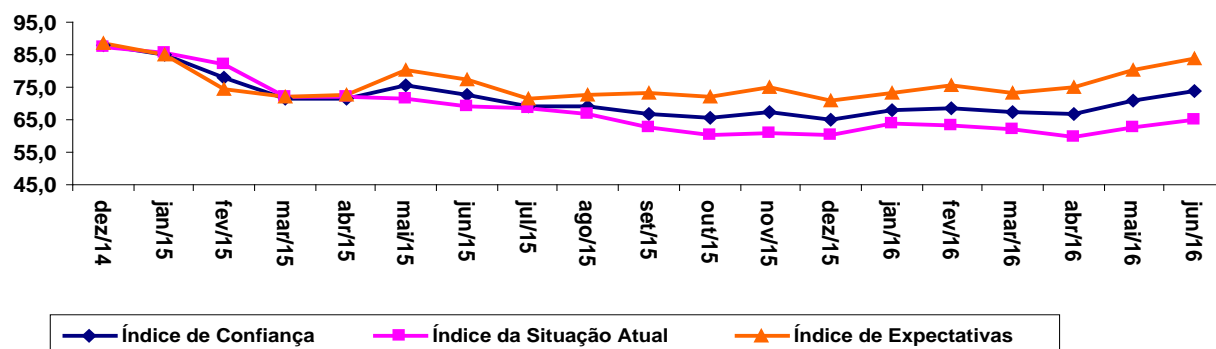
A *confiança do consumidor* volta a apresentar avanço, porém o resultado tem sido puxado pelas *expectativas*, uma vez que inexistem sinalizadores de melhora para a *situação presente*.

## Atividade

### Sondagem do Comércio (Junho/2016) – FGV

#### Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* avançou 2,8 ponto entre maio e junho, passando de 70,9 para 73,7 pontos. O *Índice da Situação Atual - ISA* cresceu de 2,4 pontos, chegando a 64,9 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* aumentou 3,3 pontos, atingindo 83,6 pontos.



FONTES: FGV

### Causa

A alta dos indicadores foi influenciada principalmente pela melhora nas expectativas, levando a distancia recorde de 18,7 pontos entre os dois indicadores. Em bases trimestrais, o ICOM subiu pela segunda vez consecutiva no segundo trimestre.

### Consequência

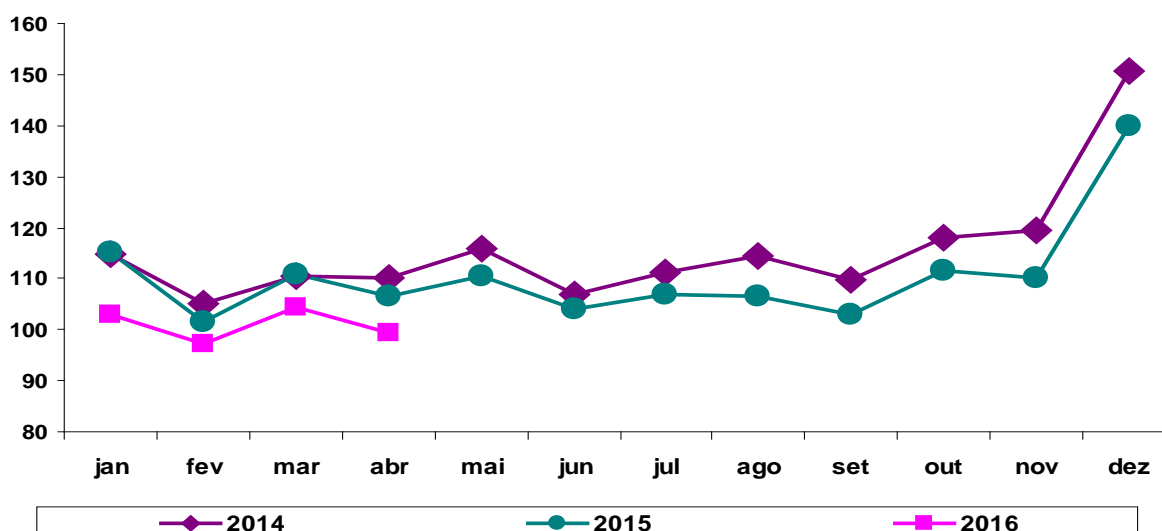
Nas últimas apurações o índice vem apresentando melhora, apesar de grande parte estar relacionada a fatores subjetivos. A consistência da recuperação depende do *crescimento da demanda* e da *redução das incertezas no ambiente político*.

### Atividade

#### Pesquisa Mensal do Comércio (Abril/2016) – IBGE

### Fato

No mês de abril, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal, frente ao mês anterior, cresceu 0,5% e a *receita nominal* cresceu 1,2%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de negativos 6,7% sobre abril de 2015, e negativos 6,1% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 5,2% com relação à igual mês de 2015, e 3,2% no acumulado em doze meses. No *varejo ampliado*, as taxas de crescimento para o *volume de vendas* foram: negativos 1,4% frente ao mês anterior, negativos 9,1% no confronto com abril de 2015 e negativos 9,7% no acumulado dos últimos doze meses e para a *receita nominal*, 0,4% frente ao mês anterior, negativos 0,4% comparativamente ao mesmo mês do ano anterior e negativos 2,0% no acumulado em doze meses.



FONTE: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

### Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, três das oito atividades pesquisadas tiveram resultado positivo no *volume de vendas*. As taxas positivas foram as seguintes: 1,0% em *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 2,8% em *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* e 3,7% em *Tecidos, vestuário e calçados*. As vendas de *Combustíveis e lubrificantes* ficaram estáveis frente ao mês anterior e as quedas ocorreram em *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 4,9%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 3,4%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 2,9% e *Móveis e eletrodomésticos*, 1,8%. No *comércio varejista ampliado*, houve recuo de 6,6% em *Veículos, e motos, partes e peças* e de 4,0% em *Material de construção*.

Comparativamente a abril de 2015, todas as oito atividades apresentaram recuo. As maiores contribuições negativas para a taxa global foram em: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 4,4%, *Combustíveis e lubrificantes*, 10,8%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 10,4% e *Móveis e eletrodomésticos*, 10,1%. No *comércio varejista ampliado*, *Material de construção* teve queda de 13,0% e *Veículos, e motos, partes e peças*, recuo de 13,8%.



### Consequência

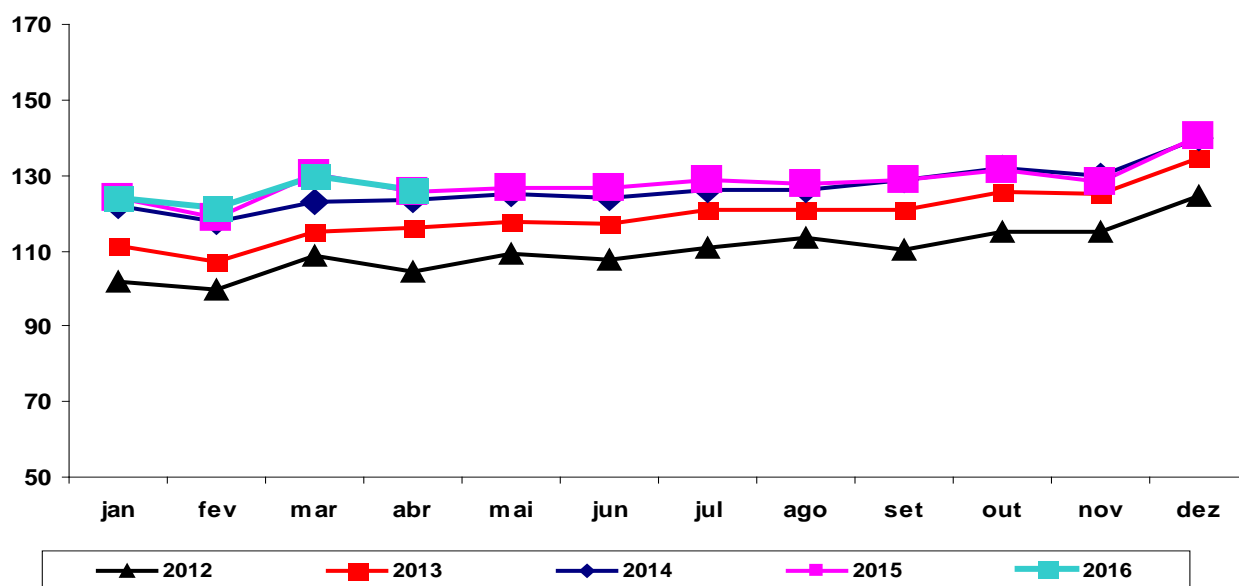
Com a estagnação da *massa de salários* e com a piora nas *condições da oferta de crédito*, o comércio apresenta sinais de exaustão. No mês, apesar de fraca e insipiente, foi apresentada alguma reação, todavia, ainda é muito cedo para sinalizar mudança na tendência.

### Atividade

#### Pesquisa Mensal de Serviços (Abril/2016) – IBGE

### Fato

No mês de abril frente a igual mês do ano anterior, o *volume dos serviços* caiu 4,5%, inferior à taxa de março, 5,9%, e superior a de fevereiro, 3,9%. No acumulado do ano a taxa ficou em negativos 4,9% e no acumulado em doze meses, negativos 4,6%. No que se refere à *receita nominal*, ocorreu aumento de 0,4% frente ao mês imediatamente anterior, 0,5% em 2016 e 0,6% no acumulado em doze meses.



FONTE: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

### Causa

No confronto com abril de 2015, todos os segmentos apresentaram queda no volume de serviços: Serviços Prestados às Famílias, 3,0%, Serviços de Informação e Comunicação, 3,0%, Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares, 5,4%, Transportes, Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio, 4,7% e Outros Serviços, 3,3%.

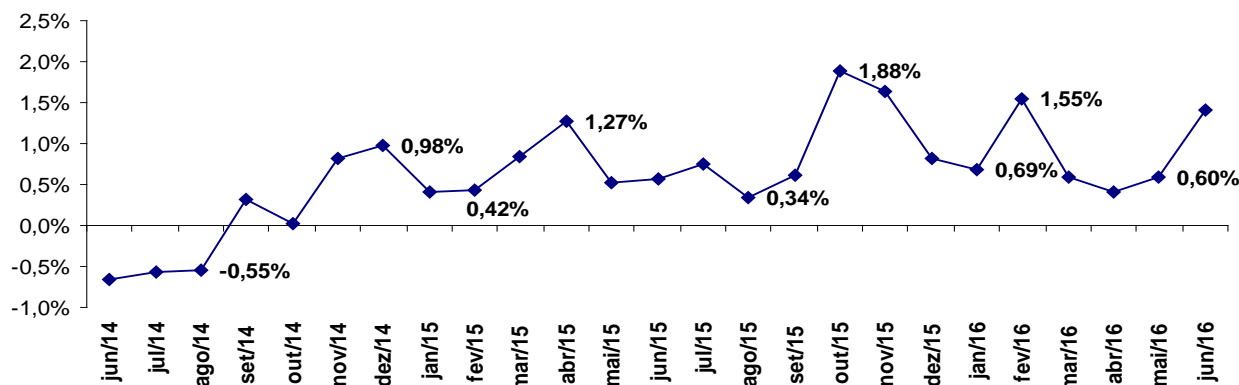
### Consequência

O setor de serviços segue em queda, e apesar do recuo no mês ter sido inferior ao apontado em março, ainda falta consistência para acreditar em recuperação.

## Inflação IGP-10 (Jun/2016) – FGV

### Fato

O **IGP-10** registrou variação de 1,42% em junho, crescendo 0,82 p.p. com relação a maio. No acumulado em doze meses à variação é de 11,85%.



FONTE: FGV

### Causa

No mês de junho, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, cresceu 1,25 p.p., apresentando variação de 1,89%. Neste, a maior aceleração foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, com variação de 2,25 p.p. acima do registrado em maio, chegando ao percentual de 2,25%. Contribuiu para este acréscimo *soja, milho e suínos*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação de 1,26%, 1,37 p.p. maior do que a variação de maio, com destaque para *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais* tiveram avanço de 0,25 p.p., com variação de 0,51%. A maior aceleração foi originada em *alimentos processados*.

O **IPC** teve desaceleração de 0,11 p.p. com o grupo *Saúde e Cuidados Pessoais* sendo o principal responsável pela menor variação do índice, neste grupo vale mencionar o comportamento do item *medicamentos em geral*. Os grupos *Alimentação, Transportes, e Vestuário* também apresentaram variações menores nos preços. O **INCC** teve aceleração, 0,16 p.p., com aquecimento em *Mão de Obra*, que variou 0,32 p.p. acima do registrado em maio, atingindo 0,81%. O grupo *Materiais, Equipamentos e Serviços* variou 0,14%, mesma variação do mês anterior.

### Consequência

O **IGP-10** apresentou forte variação no mês, condicionado principalmente pelos preços das *Matérias-Primas Brutas* no atacado. Tal aumento pode se refletir em maior aquecimento nos *preços ao consumidor* nos próximos meses.

## Inflação IGP-M (Junho/2016) – FGV

### Fato

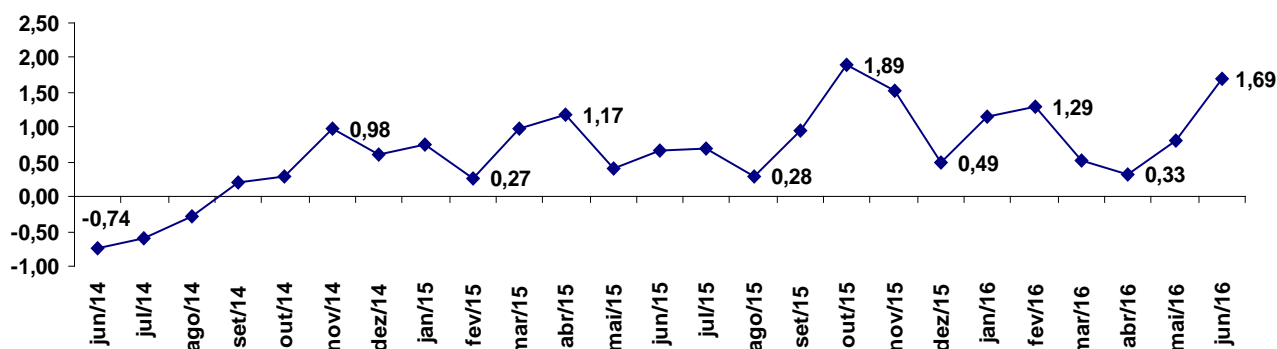
O **IGP-M** registrou variação de 1,69%, em junho, avançando 0,87 p.p. frente ao mês anterior. Em doze meses o acumulado é de 12,21%, e no ano 5,91%.

### Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** que representa 60% na composição deste teve aceleração de 1,23 p.p., atingindo variação de 2,21% em junho. O aquecimento foi decorrente principalmente do avanço em *Bens Finais*, 1,44 p.p., com destaque para *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* apresentaram aceleração de 1,10 p.p., com a maior contribuição ascendente em *materiais e componentes para a manufatura* e as *Matérias-Primas Brutas* tiveram variação 1,02 p.p. maior e a aceleração foi decorrente principalmente de *soja, bovinos e suínos*.

O **IPC** registrou recuo de 0,32 p.p. nos preço, com a principal contribuição descendente vindo do grupo *Saúde e Cuidados Pessoais*, consequência da menor variação no preço do item *medicamentos em geral*. Também tiveram desaceleração em suas taxas de variação os grupos, *Alimentação, Despesas Diversas, Transportes e Comunicação*. O

**INCC** registrou variação de 1,52%, com avanço de 1,33 p.p., decorrente de aceleração em *Mão de Obra*, 2,32 p.p. e em *Materiais, Equipamentos e Serviços*, 0,22 p.p.



FONTE: FGV

### Consequência

O índice voltou a crescer pelo segundo mês consecutivo, mantendo-se em patamar elevado nos valores acumulados. O crescimento no **IGP-M** deverá ter reflexos em outros indicadores de inflação, uma vez que é utilizado para *reajustes de contratos*, principalmente de *aluguel*.

### Inflação

#### IGP-DI (Maio/2016) – FGV

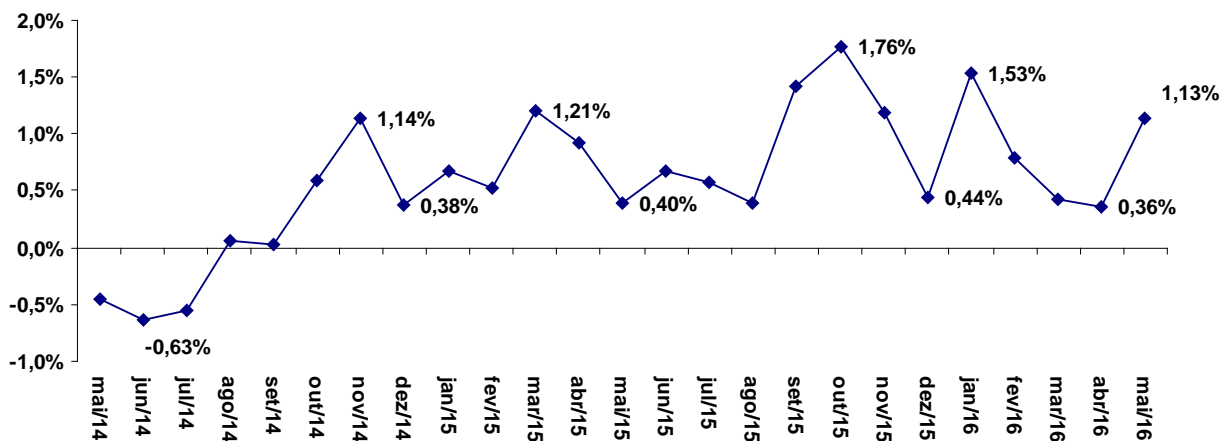
#### Fato

O *Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI* registrou variação de 1,13% em maio, acelerando 0,77 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 11,26%.

#### Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** aumentou sua taxa de variação em 1,20 p.p., atingindo 1,49%. As *Matérias-Primas Brutas* foram as principais responsáveis pelo avanço, registrando variação 1,81 p.p. maior do que no mês anterior, com destaque para *soja, milho e mandioca*. Os *Bens Intermediários* tiveram avanço de 1,68 p.p., sendo o principal responsável por este movimento subgrupo *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais* aumentaram a taxa de variação em 0,22 p.p., por conta de *alimentos processados*.

No **IPC** houve aquecimento de 0,20 p.p., decorrente da aceleração nos preços do grupo *Habituação*, em decorrência da maior variação do item *tarifa de eletricidade residencial*, 5,95 p.p. Também apresentaram maior variação: *Despesas Diversas, Alimentação e Comunicação*. O **INCC** registrou desaceleração de 0,47 p.p., com recuo em todos os seus componentes.



FONTE: FGV

## Consequência

O **IGP-DI** voltou a apresentar forte *aceleração* no mês, principalmente decorrente do recuo do *preço das Matérias-Primas Brutas*, nos preços do atacado e de *tarifa de eletricidade residencial*, nos preços ao consumidor. Como o índice aponta principalmente a variação dos *preços no varejo*, a expectativas para os próximos períodos é de crescimento, também, para os *preços ao consumidor*.

## Inflação

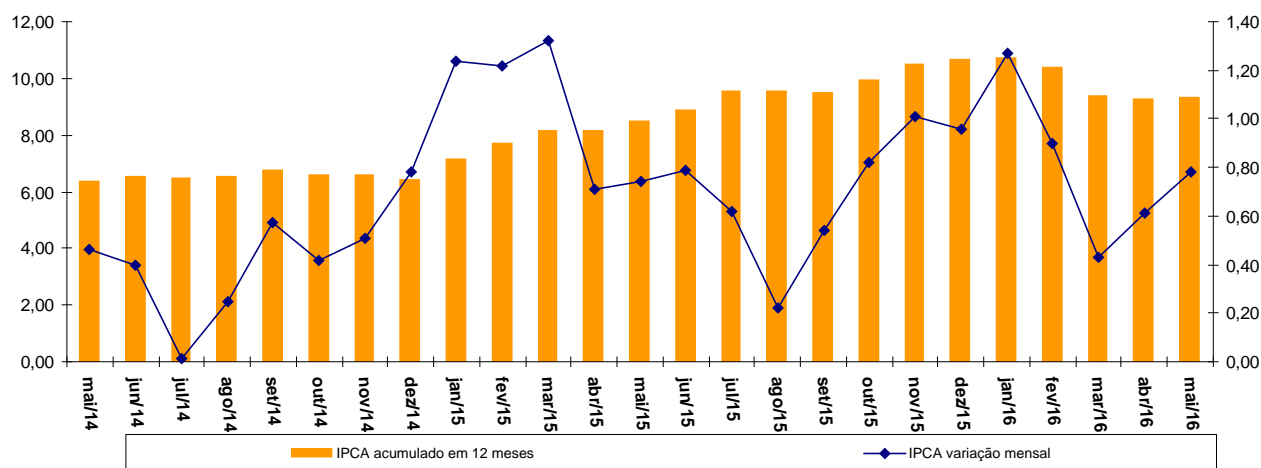
### IPCA (Maio/2016) – IBGE

#### Fato

O **IPCA** variou 0,78% em maio, 0,17 p.p. acima da variação de abril. O índice acumulado em doze meses é de 9,32%, superior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 9,28%. No ano, o acumulado ficou em 4,05%, superior ao acumulado no mesmo período do ano passado, 5,34%. Em **Curitiba** o índice caiu 0,11 p.p., registrando variação de 0,64% em maio, 3,55% no ano e 9,57% em doze meses.

#### Causa

A *taxa de água e esgoto representou* a maior contribuição individual no mês, com alta de 10,37% e contribuição de 0,15 p.p. no índice, somada ao reajuste da *energia elétrica* fizeram com que o grupo *Habituação* tivesse a maior alta no mês, 1,79%. Nos demais grupos ocorreram altas significativas em *Saúde e Cuidados Pessoais*, influenciado pelo aumento dos remédios, *Despesas Pessoais*, por conta do aumento no item *cigarro* e *Alimentação e Bebidas*, decorrente do aumento de vários produtos, a exemplo da *batata-inglesa*.



FONTE: IBGE

## Consequência

Principalmente em decorrência da elevação da *taxa de água e esgoto* e *energia elétrica* no grupo *Habituação*, a inflação voltou a crescer, podendo implicar em manutenção da taxa **SELIC** por um período mais prolongado.

## Inflação

### IPCA - 15 (Junho/2016) – IBGE

#### Fato

O **IPCA - 15** registrou variação de 0,40% em junho, diminuindo 0,46 p.p. com relação a maio. Nos últimos doze meses o acumulado é de 8,98% e no ano 4,62%. Em **Curitiba**, o índice foi de 0,23%, 0,58 p.p. abaixo do registrado em maio, acumulando variação de 8,73% em doze meses.

#### Causa

No mês, os grupos *Habituação*, *Despesas Pessoais* e *Artigos de Residência* apresentaram crescimento. No primeiro, a aceleração foi decorrente principalmente dos reajustes em *taxa de água e esgoto* e *energia elétrica*. Nas *Despesas Pessoais*, o item *cigarro* subiu 5,44% e em *Artigos de Residência* destaca-se o item *TV, som e informática*.

Por outro lado os grupos que mais contribuíram para a desaceleração foram: *Saúde e Cuidados Pessoais*, motivada pela menor variação em *remédios*, *Alimentação e Bebidas*, com quedas nos preços de *cenoura*, *açai*, *tomate*, *frutas e hortaliças* e o grupo *Transporte*, destaca-se as menores variações em *etanol*, *gasolina* e *passagens aéreas*.

### Consequência

Após a aceleração do mês anterior o índice volta a perder intensidade, ainda podem existir reflexos futuros como consequência da variação nos preços da *energia elétrica*, por outro lado o preço dos *alimentos* e dos *combustíveis* têm contribuído para o arrefecimento.

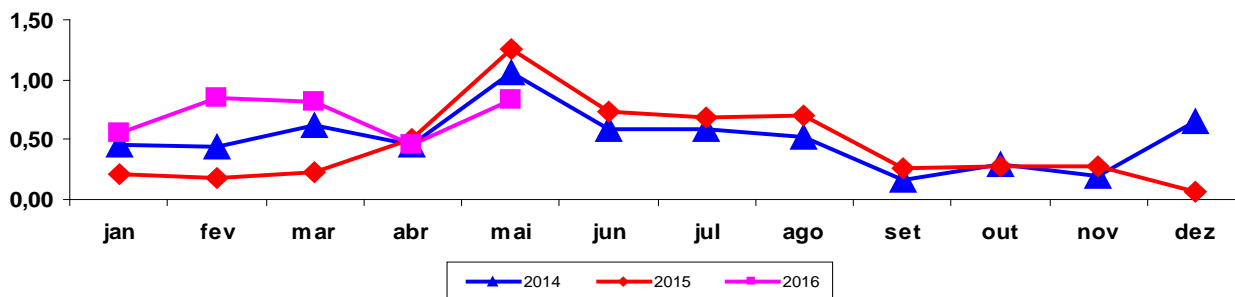
### Inflação

#### Custos e Índices da Construção Civil (Maio/2016) – IBGE - Caixa Econômica Federal

##### Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,83% em maio, 0,37 p.p. acima da variação de abril. Em doze meses, o acumulado é de 6,68%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 989,37 em abril, para R\$ 997,60 em maio, sendo R\$ 527,68 relativos aos *materiais* e R\$ 469,92 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de negativos 0,17% no mês, 1,67% no ano e de 7,52% em doze meses, e o *Custo Médio* atingiu R\$ 1.012,91.



FONTE: IBGE e CAIXA

##### Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,17%, 0,10 p.p. abaixo do índice de abril e a componente *mão-de-obra*, avançou 0,89 p.p., passando de 0,69% em abril para 1,58% em maio. No mês as variações regionais foram: 0,29% na Região Norte, 0,28% na Região Nordeste, 1,67% no Sudeste, 0,56% no Centro-Oeste, e 0,11% no Sul. Ainda na verificação regional, os *custos* foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.0447,07, Sul, R\$ 1.021,76, Norte, R\$ 1.013,78, Centro-Oeste, R\$ 998,86 e Nordeste R\$ 926,82.

### Consequência

O avanço ocorrido no mês foi principalmente causado por pressão exercida por *reajuste salarial* de acordos coletivos, realizados no Mato Grosso, em São Paulo e em Rondônia.

### Inflação

#### IPP - Índices de Preço ao Produtor (Maio/2016) – IBGE

##### Fato

O IPP apresentou variação de 0,90% em maio, ficando, portanto superior à variação do mês anterior, negativo 0,34%. No acumulado em 12 meses a variação atingiu 5,61%, frente a 4,67% em abril. No acumulado do ano a variação foi de negativo 0,61%, contra negativo 1,49% no mês anterior.

##### Causa

No mês, onze das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações foram nas *indústrias extrativas*, *farmacêutica*, *alimentos* e *impressão*. Ainda na comparação mensal, tiveram maior influência *alimentos*, *indústrias extrativas*, *refino de petróleo* e *produção de álcool* e *outros produtos químicos*. No indicador acumulado do ano, sobressaíram-se as variações positivas em *indústrias extrativas*, *outros produtos químicos*,

farmacêutica e impressão. No ano as maiores influências vieram de outros produtos químicos, refino de petróleo e produtos de álcool, alimentos e indústrias extrativas.

### Consequência

Apesar da *aceleração dos preços* ao produtor em março, no ano a variação permanece negativa o deve se configurar em menores *pressões inflacionárias* por meio do maior repasse para os *preços no varejo*.

### Operações de Crédito

#### Nota à Imprensa (Abril/2016) - BACEN

#### Fato

O estoque das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 3.145 bilhões em abril. A relação entre o crédito total e o PIB caiu 0,2 p.p. frente ao mês anterior e 0,9 p.p. na comparação com abril de 2015. A taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados alcançou 32,7% a.a, nível mais alto da série histórica iniciada em março de 2011 e a taxa de inadimplência, 3,8%.

#### Causa

O volume total das operações de crédito em abril apresentou crescimento de 0,1% no mês e 2% em doze meses. Os empréstimos contratados com recursos livres, que representam 50,2% do total, atingiram R\$ 1.580 bilhões, crescendo 0,2% no mês e diminuindo 0,2% com relação a abril de 2015. No segmento de pessoa jurídica, houve queda de 0,1% no mês chegando à R\$ 780 bilhões. Os empréstimos realizados às pessoas físicas aumentaram 0,5% no mês atingindo R\$ 800 bilhões.

No crédito direcionado houve avanço de 0,1% no mês e 4,4% em doze meses, chegando a R\$ 1.565 bilhões. Esse desempenho resultou de acréscimos de 0,4% para pessoas físicas e declínio de 0,2% nos financiamentos a pessoas jurídicas. No segmento de pessoas físicas destacou-se o crédito imobiliário e no segmento a pessoas jurídicas a redução reflete a queda na carteira de crédito rural.

As taxas médias geral de juros cresceram 0,2 p.p no mês e 5,6 p.p. nos últimos doze meses. A taxa alcançou 52,3% a.a. no crédito livre e 11,1% a.a. no crédito direcionado. Para pessoa física a taxa média de juros atingiu 42% a.a. Nas pessoas jurídicas, a taxa chegou a 21,9% a.a.

A taxa de inadimplência do sistema financeiro chegou em 3,8%, com avanço de 0,1 p.p. no mês e 0,8 p.p. no confronto com abril de 2015. A taxa de inadimplência relativa às pessoas físicas manteve-se estável no mês e para pessoas físicas houve aumento de 0,1 p.p, situando-se respectivamente em 4,3% e 3,2%, respectivamente.

### Consequência

Nos últimos doze meses as variações no volume de crédito têm sido marginais, apontando recuo frente ao mesmo mês do ano anterior. Ao longo do ano o indicador deverá seguir neste ritmo, refletindo a *desaceleração da atividade econômica*.

### Setor Externo

#### Nota à Imprensa (Maio/2016) - BACEN

#### Fato

Em abril, as *Transações Correntes* registraram *superávit* de US\$ 1,2 bilhão e a *Conta Financeira* registrou saída líquida de US\$ 1,7 bilhão. As *reservas internacionais no conceito de liquidez* diminuíram US\$ 2,1 bilhões, totalizando US\$ 374,6 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 331,4 bilhões, diminuindo US\$ 3,2 bilhões, em relação à posição apurada no mês de março.

#### Causa

Nos últimos doze meses as *Transações Correntes* registraram déficit de US\$ 29,5 bilhões. Na *Conta Financeira* destaca-se a entrada de US\$ 6,1 bilhões em *investimentos diretos no país*, e a saída de US\$ 5,3 bilhões de *títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico*. A conta de serviços registrou despesas líquidas de US\$ 2,5 bilhões no mês. As *despesas líquidas de renda primária* atingiram US\$ 2,8 bilhões no mês, com *despesas líquidas de lucros e dividendos* da ordem de US\$ 1,7 bilhão, e a de despesas líquidas de juros, US\$ 1,1 bilhão. A *conta de renda secundária* apresentou *ingressos líquidos* de US\$ 273 milhões.

A movimentação das *reservas*, durante o mês de maio foi consequência, principalmente, de *operações de recompra*, *receitas de remuneração de reservas* e *variações por paridades e por preços*. A *dívida externa* de médio e longo prazo diminuiu US\$ 2,4 bilhões, atingindo US\$ 270,9 bilhões e a de curto prazo diminuiu US\$ 831 milhões, chegando a US\$ 60,5 bilhões.

### **Consequência**

Decorrente do desaquecimento da atividade econômica interna e da desvalorização do real as Transações Correntes vem apresentando redução no déficit. A saída do Reino Unido da União Europeia deve trazer reflexos ao fluxo de capitais e à taxa de câmbio.

### **Política Fiscal**

#### **Nota à Imprensa (Maio/2016) - BACEN**

### **Fato**

Em maio, o *setor público não financeiro* registrou *déficit primário* de R\$ 18,1 bilhões. No acumulado no ano o *déficit* atingiu R\$ 13,7 bilhões, e considerando o fluxo de doze meses o *déficit* é de R\$ 150,5 bilhões (2,51% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 2.379,1 bilhões (39,6% do PIB), aumentando 0,2 p.p. do PIB no confronto com o mês anterior. No ano, a *relação dívida líquida/PIB* registrou elevação correspondente a 3,5 p.p. do PIB. O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 42,5 bilhões, no mês, e R\$ 454 bilhões, em doze meses (7,57% do PIB). O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 60,6 bilhões no mês, de R\$ 164,9 bilhões no ano e 604,6 bilhões, 10,08% do PIB em doze meses.

### **Causa**

Na composição do *déficit primário*, no mês, o *Governo Central*, os *governos regionais* e as *empresas estatais* registraram *déficit* de R\$ 17,8 bilhões, R\$ 212 milhões e R\$ 147 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em doze meses, como *proporção do PIB*, houve redução de 0,21 p.p. em relação a abril. Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, no ano, o avanço foi consequência da *incorporação dos juros*, do *impacto da valorização cambial* e do *déficit primário*. O *crescimento do PIB nominal*, o *ajuste da paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida* e o *reconhecimento de ativos* contribuíram para reduzir esta relação.

### **Consequência**

Como consequência da desaceleração da atividade econômica e de adoção de políticas expansionistas num passado recente, o resultado de déficit tem se repetido nos últimos meses. Para os próximos períodos é esperada recuperação na geração de superávit primário com a consequente redução na relação dívida/PIB.

## INDICADORES

### EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2016-2020

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2016	-3,40	13,18	3,60	7,31
2017	1,01	11,22	3,81	5,47
2018	2,04	10,74	3,90	4,92
2019	2,26	10,31	3,97	4,72
2020	2,27	10,08	3,93	4,65

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 27/05/2016  
 NOTA: Meta para taxa de juros SELIC e taxa de câmbio para o final do ano

### DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS – MAIO 2006-2016

MAI/ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2006	30,71	-0,29	15,56	1,11	47,09
2007	29,32	1,03	14,11	0,78	45,24
2008	28,71	0,18	13,38	0,76	43,03
2009	26,78	-0,68	12,72	0,83	39,65
2010	27,91	-1,25	11,66	0,66	38,98
2011	26,73	-1,20	11,14	0,61	37,28
2012	22,76	-1,10	10,56	0,56	32,78
2013	21,77	-1,29	10,50	0,60	31,58
2014	21,11	-1,04	10,67	0,59	31,33
2015	22,61	-2,14	11,71	0,75	32,93
2016	29,31	-2,83	12,25	0,92	39,65

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC

### VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL – MAIO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	23.306	71,31	32.683	26,43	88.167	1,93	1.209.991
DESLIGAMENTOS	25.490	72,14	35.335	27,84	91.555	1,99	1.282.606
Nº EMPREGOS FOMAS EM 01/JAN/2016	713.234	70,85	1.006.653	26,88	2.653.120	1,80	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	152.030	71,80	211.733	23,28	653.176	1,85	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-2.184	-	-2.652	-	-3.388	-	-72.615

FONTE: CAGED

OBS.: Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil



# INDICADORES

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) – JUN/2015-MAI/2016

DIA	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15
1		40570,03	44121,79	50561,52		53.031,31	52.757,53		45.477,06	45.313,27		45076,45
2		38596,16	44893,48		<b>53561,53</b>	54.236,43	53.108,18		46.463,96	47.033,46		44914,06
3		39588,81	47193,39		<b>52260,18</b>	53522,90	52519,40	50138,04	47.365,87		48053,66	46393,26
4	42141,03	40821,73	49084,86	48779,98	<b>52552,79</b>			50058,48	46.497,72		47710,09	45360,75
5	42419,32	40592,09		49053,61	<b>51671,04</b>	52973,37		50287,27	60.681,98	47.598,06	48046,75	
6	41773,14			48096,24	<b>51717,82</b>		52149,37	50011,32		47.735,11	46918,51	
7	40694,72		49246,10	48513,10			52343,71	48577,32		48.914,32		45222,69
8	40612,20		49102,13	50292,92		52809,63	51781,74		46.762,07	49.106,55		44443,25
9			48665,09		<b>50990,06</b>	52815,99			46.657,09	49.338,41	46194,92	46108,02
10		40376,58	49571,10		<b>53070,90</b>	53876,44	52590,72	49553,00	46.503,99		46206,56	45630,70
11	39950,49	39318,30	49638,67	50165,47	<b>52764,46</b>	53688,51		49072,34	46.400,50		47065,01	45262,72
12	39513,32	39808,04		52001,86	<b>53241,31</b>	53347,53		48388,04	56.927,81		46883,57	
13	38944,44			53149,84	<b>51804,30</b>		53119,47	48009,56		47.362,63	46517,03	
14	39500,10		48867,33	52411,01			53239,17	47508,40	47.281,01	46.710,43		44747,31
15	38569,12	40092,89	47130,02	53227,74		53137,53	52908,28		47.364,06	47.161,15		44872,06
16		40947,69	47763,43		<b>51802,92</b>	53702,15	53.069,75		48.553,09	47.236,10	46846,87	45015,84
17		41630,81	50913,78		<b>50839,44</b>	53248,54	52341,80	47217,42	48.551,07		47247,80	45261,47
18	37937,27	41477,63	50814,65	52894,07	<b>50561,70</b>	54238,59		47450,58	47.264,08		47435,57	43910,59
19	38057,01	41543,40		53710,04	<b>50132,53</b>	53749,41		46588,39		47.447,31	48138,88	
20	37645,47			53630,93	<b>49722,74</b>		51600,07	46649,23		47.076,55		
21	37717,10		51171,54	52907,87			51474,28	45719,64	46.590,19	47.025,86		43199,95
22	38031,22	43234,85	51010,19			53863,67	50915,78		46.264,60	47.772,14		43469,51
23		42520,94	49690,04		<b>49330,42</b>	53772,43	49806,62		45.340,11	47.596,58	48150,27	44014,93
24		42084,55	49657,39		<b>49345,18</b>	53842,53	49245,84	44336,47	45.291,96		48284,18	
25		41887,90		51861,71	<b>49482,85</b>	53175,66		44544,85	44.831,46		46266,63	
26	37497,47	41593,07		53082,50		54016,97		46038,07		47.209,32	47145,63	
27	38376,36			54477,78	<b>49051,49</b>		48735,54	47715,27		47.042,94	45872,41	
28	38630,19		50838,22	54311,96			49601,59	47153,86	43.956,92	46.740,84		43764,33
29	40405,99	42793,86	51154,99	53910,50		53014,21	50245,14		44.131,82	45.628,35		43653,96
30			51248,92		<b>48964,34</b>	53080,88	49897,40		45.059,84	45.868,81	45120,36	43349,96
31			50055,27		<b>48471,70</b>			50864,77				
<b>MÍNIMO</b>	37.497,47	38596,16	44121,79	48096,24	<b>48471,70</b>	52809,63	48735,54	44336,47	43.956,62	45.313,27	45120,36	43199,95
<b>MÁXIMO</b>	42.419,32	43234,85	51248,92	54477,78	<b>53561,53</b>	54238,59	53239,17	50287,27	48.553,09	49.338,41	48284,18	46393,26

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reinversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA)

# INDICADORES

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS  
SELECIONADOS – DEZ/2000–MAI/2016

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 kg)	Feijão Preto (30 kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 kg)	Milho (60 kg)
Dez/2000	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/2001	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/2002	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/2003	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/2004	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/2005	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/2006	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/2007	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/2008	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/2009	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/2010	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/2011	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/2012	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/2013	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Jan/2014	60,36	89,62	1.230,87	45,64	23,50
Fev/2014	59,91	87,40	1.202,97	46,29	24,39
Mar/2014	54,80	94,41	1.209,69	46,76	27,02
Abr/2014	62,02	95,37	1.186,52	49,57	27,27
Mai/2014	61,07	88,74	1.165,31	49,94	25,85
Jun/2014	61,67	81,73	1.170,80	48,41	23,90
Jul/2014	61,78	80,26	1.062,62	44,43	22,20
Ago/2014	61,23	79,91	1.083,22	36,71	21,44
Set/2014	58,00	80,77	1.047,49	34,56	20,90
Out/2014	58,46	78,43	1.050,81	32,19	21,07
Nov/2014	60,00	77,84	1.164,19	33,54	23,99
Dez/2014	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Jan/2015	60,07	87,87	1.132,40	34,37	24,43
Fev/2015	60,10	89,11	1.089,72	34,51	24,39
Mar/2015	60,35	84,95	1.152,64	35,94	25,01
Abr/2015	62,05	80,90	1.108,53	40,36	24,69
Mai/2015	67,60	77,91	1.046,36	41,54	23,00
Jun/2015	74,88	73,80	1.047,04	40,00	23,32
Jul/2015	74,70	74,08	1.143,47	38,97	24,54
Ago/2015	74,05	75,75	1.186,26	38,90	24,96
Set/2015	74,85	77,42	1.323,52	39,33	27,30
Out/2015	77,40	80,63	1.393,83	42,20	28,93
Nov/2015	58,98	81,41	1.370,71	43,48	28,71
Dez/2015	62,10	87,64	1.314,07	43,30	29,39
Jan/2016	66,85	106,78	1.397,50	44,10	36,59
Fev/2016	68,55	100,91	1.404,32	45,16	38,67
Mar/2016	69,97	96,83	1.140,93	45,29	41,08
Abr/2016	69,89	98,09	1.110,13	46,60	46,10
Mai/2016	...	107,83	1.319,96	46,19	49,96

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

# INDICADORES

## INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837 <sup>(1)</sup>	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848 <sup>(2)</sup>	Índice Ibovespa fechamento mensal (pontos) 7845 <sup>(2)</sup>	Emissão Primária de Debêntures 7841 (R\$ milhões)	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 <sup>(3)</sup>	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 <sup>(4)</sup>
2005 (DEZ)	653.714	841	33.455	41.538	10.718	2.205
2006 (DEZ)	794.875	1.181	44.473	69.463	12.463	2.415
2007 (DEZ)	912.869	1.765	63.886	46.535	13.265	2.652
2008 (DEZ)	917.297	1.088	37.550	37.458	8.776	1.577
2009 (DEZ)	1.086.267	1.740	68.588	2.720	10.428	2.269
2010 (DEZ)	1.286.654	2.071	69.304	2.025	11.578	2.653
2011 (DEZ)	1.501.728	1.834	56.754	220	12.218	2.605
2012 (DEZ)	1.786.186	1.962	60.952	850	13.104	3.020
Jan/2013	1.836.788	1.983	59.761	0	13.861	3.142
Fev/2013	1.852.863	1.918	57.424	2.141	14.054	3.160
Mar/2013	1.864.287	1.932	56.352	2.160	14.579	3.268
Abr/2013	1.877.294	1.925	55.910	2.551	14.804	3.329
Mai/2013	1.895.304	1.907	53.506	0	15.116	3.456
Jun/2013	1.880.342	1.740	47.457	0	14.910	3.403
Jul/2013	1.904.243	1.779	48.234	1.465	15.500	3.626
Ago/2013	1.914.304	1.792	50.011	0	14.810	3.590
Set/2013	1.919.844	1.898	52.338	0	15.130	3.771
Out/2013	1.923.553	1.995	54.256	2.328	15.546	3.920
Nov/2013	1.921.603	1.947	52.482	0	16.086	4.060
Dez/2013	1.939.384	1.890	51.507	300	16.577	4.177
Jan/2014	1.934.332	1.803	47.638	0	15.699	4.104
Fev/2014	1.952.954	1.789	47.094	1.000	16.322	4.308
Mar/2014	1.979.747	1.901	50.514	250	16.458	4.199
Abr/2014	1.983.269	1.940	51.626	1.098	16.581	4.115
Mai/2014	2.017.747	1.902	51.239	0	16.717	4.243
Jun/2014	2.045.954	1.961	53.168	0	16.827	4.408
Jul/2014	2.067.374	2.037	55.829	481	16.563	4.370
Ago/2014	2.107.037	2.224	61.288	0	17.098	4.580
Set/2014	2.130.781	1.979	54.115	0	17.043	4.493
Out/2014	2.149.367	1.980	54.628	845	17.391	4.631
Nov/2014	2.166.487	1.992	54.724	0	17.828	4.792
Dez/2014	2.156.887	1.824	50.007	0	17.823	4.736
Jan/2015	2.192.912	1.745	46.907	10.000	17.165	4.635
Fev/2015	2.226.999	1.897	51.583	551	18.133	4.964
Mar/2015	2.260.558	1.885	51.150	321	17.776	4.901
Abr/2015	2.282.144	2.066	56.229	4.600	17.841	4.941
Mai/2015	2.235.805	1.949	52.760	0	18.011	5.070
Jun/2015	2.355.165	1.973	53.080	0	17.620	4.987
Jul/2015	2.388.160	1.903	50.864	740	17.690	5.128
Ago/2015	2.425.397	1.754	46.625	0	16.528	4.777
Set/2015	2.343.942	1.700	45.059	1.350	16.285	4.620
Out/2015	2.448.624	1.679	45.868	1.892	17.664	5.054
Nov/2015	2.465.544	1.659	45.120	0	17.720	5.109
Dez/2015	2.472.963	1.591	43.349	1.185	17.425	5.007
Jan/2016	2.522.931	1.506	40.405	0	16.466	4.614
Fev/2016	2.553.705	1.561	42.793	0	16.517	4.558
Mar/2016	2.600.246	1.795	50.055	20.000	17.685	4.870
Abr/2016	2.635.683	1.918	53.910	0	17.831	4.775
Mai/2016	2.670.626	1.740	48.471	0	17.787	4.948

FONTES: (1) Banco Central do Brasil, (2) Bovespa (Índice de Fechamento do último dia útil do mês), (3) Dow Jones, (4) Nasdaq

NOTA: Para os anos de 2005 a 2008, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano  
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

# INDICADORES

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M) VALOR
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
1996	4.245.905	47	2.434.733	2	1.811.172
1997	4.853.587	14	3.306.968	36	1.546.619
1998	4.227.995	(13)	4.057.589	23	170.406
1999	3.932.659	(7)	3.699.490	(9)	233.169
2000	4.394.162	12	4.686.229	27	-292.067
2001	5.320.211	21	4.928.952	5	391.259
2002	5.703.081	7	3.333.392	(32)	2.369.689
2003	7.157.853	26	3.486.051	5	3.671.802
2004	9.405.026	31	4.026.146	15	5.378.879
2005	10.033.533	7	4.527.237	12	5.506.296
2006	10.016.338	(0)	5.977.971	32	4.038.367
2007	12.352.857	23	9.017.988	51	3.334.870
2008	15.247.252	23	14.570.222	62	677.030
2009	11.222.827	(26)	9.620.837	(34)	1.601.990
2010	14.176.010	26	13.956.180	45	219.831
2011	17.394.228	22,70	18.766.895	34,46	-1.372.667
2012	17.709.585	1,81	19.387.410	3,30	-1.677.825
2013	18.239.202	2,99	19.343.839	-0,23	-1.104.637
2014	16.332.120	-10,46	17.293.735	-10,61	-961.614
2015	14.909.081	-8,71	12.448.504	-28,03	2.460.577
JAN-MAI/2016	6.374.153	13,02	4.115.468	-22,88	2.258.685

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1996	47.746.728	...	53.345.767	...	-5.599.039	...
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501	20,82
1998	51.139.862	(3,48)	57.763.476	(3,32)	-6.623.614	(2,08)
1999	48.012.790	(6,11)	49.301.558	(14,65)	-1.288.768	(80,54)
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743	(43,22)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	(0,45)	2.684.835	(466,91)
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	(15,03)	13.195.999	391,50
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	88,52
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	36,03
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809	32,76
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	3,40
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	(13,83)
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	(37,66)
2009	152.994.743	(22,71)	127.715.293	(26,17)	25.279.450	1,29
2010	201.915.285	31,98	181.722.623	42,28	20.192.662	(20,12)
2011	256.039.575	26,81	226.245.113	24,47	29.794.462	...
2012	242.579.776	-5,26	223.154.429	-1,37	19.425.346	...
2013	242.033.575	-0,22	239.631.216	7,37	2.402.358	...
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173	...
2015	191.134.325	-15,09	171.449.050	-25,18	19.685.274	...
JAN-MAI/2016	73.793.365	-1,62	53.832.003	-30,09	19.661.362	...

FONTE: MDIC/SECEX

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

# INDICADORES

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (COMPLEXO SOJA E TRIGO) - SAFRAS 2009/2016 (Mil toneladas)

CULTURA	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em Pluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	850,0	748,6	472,0
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.441,1	20,0	1.780,2	750,0	740,0	290,2
Arroz em Casca	2009/10	2.531,5	11.660,9	1.044,8	15.237,2	12.152,5	627,4	2.457,3
	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	1.000,0	14.203,7	12.000,0	1.200,0	1.003,7
	2014/15	868,3	12.448,6	550,0	13.866,9	11.900,0	1.300,0	666,9
	2015/16	958,0	10.657,4	1.200,0	12.815,4	11.500,0	1.100,0	215,4
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.115,3	110,0	3.529,1	3.350,0	90,0	89,1
	2015/16	103,2	2.925,7	150,0	3.178,9	2.950,0	120,0	108,9
Milho	2009/10	7.112,8	56.018,1	391,9	63.522,8	46.967,6	10.966,1	5.589,1
	2010/11	5.589,1	57.406,9	764,4	63.760,4	48.485,5	9.311,9	5.963,0
	2011/12	5.963,0	72.979,5	774,0	79.716,5	51.888,6	22.313,7	5.514,2
	2012/13	5.514,2	81.505,7	911,4	87.931,3	53.498,3	26.174,1	8.258,9
	2013/14	8.258,9	80.052,0	800,0	89.110,9	53.905,6	20.913,8	14.291,5
	2014/15	11.835,5	84.672,4	350,0	96.857,9	55.959,5	30.877,7	10.020,7
	2015/16	10.506,7	76.223,0	1.000,0	87.729,7	56.524,2	25.400,0	5.805,5
Soja em Grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	31.468,0	444,0
	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.524,0	42.791,9	740,1
	2013/14	910,3	86.120,8	630,0	87.661,1	39.935,8	45.691,0	1.414,8
	2014/15	1.414,8	96.228,0	324,1	97.966,9	42.850,0	54.324,0	792,9
	2015/16	925,7	95.630,9	500,0	97.056,6	42.500,0	54.100,0	456,6
Farelo de Soja	2009/10	1.903,2	26.719,0	39,5	28.661,7	12.944,0	13.668,6	2.049,1
	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,0	14.289,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,0	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,4	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.415,0	1,0	31.251,3	15.500,0	15.200,0	551,3
Óleo de Soja	2009/10	302,2	6.766,5	16,2	7.084,9	4.980,0	1.563,8	541,1
	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,2	8.327,7	6.359,2	1.669,9	298,6
	2015/16	298,6	7.702,5	40,0	8.041,1	6.380,0	1.400,0	261,1
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.922,2	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	5.771,9	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	6.011,8	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	7.010,2	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	742,2	5.882,2	5.400,0	12.024,4	10.418,0	800,0	806,4

FONTE: CONAB – Levantamento 9 - JUN/2016 (disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

NOTA: Estoque de passagem – Algodão, feijão e soja: 31 de dezembro – Arroz 28 de fevereiro – Milho 31 de janeiro e Trigo 31 de julho

## INDICADORES

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES - 1989-2016

(Mil toneladas e mil hectares)

ANO	BRASIL			MAIORES ESTADOS PRODUTORES									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740,16	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580,00	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027,00	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150,00	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179,00	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221,00	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175,00	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299,00	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384,00	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367,00	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414,00	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751,00	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577,00	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816,00	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329,00	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245,00	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419,00	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822,66	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816,00	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629,00	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927,00	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854,00	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998,00	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.630,0	33.177	2.882,00	26.058	9.140	17.102	5.445	10.250	3.285	7.241	2.430	4.711	1.469

FONTE: CONAB

# INDICADORES

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Mundo</b>	3,5	5,0	3,9	5,0	4,9	2,2	-0,4	5,0	3,7	2,9	3,0	2,6	2,76
África do Sul	3,0	4,5	5,3	5,6	5,6	3,6	-1,7	2,8	3,3	3,1	2,0	...	1,19
Alemanha	-0,7	0,7	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,2	1,58	1,45
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	2,9	0,38	...
Bolívia	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,46	4,85
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	...	...	...	...
Canadá	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	3,0	1,9	2,0	2,44	1,08
Chile	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,89	2,07
China	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3	9,3	7,8	3,98	1,88	2,07
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3	...	...	...	...	...
Coreia do Sul	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	3,31	2,61
Equador	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	3,6	5,7	3,80	0,29
Estados Unidos	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,39	2,43
França	0,8	2,6	1,6	2,6	2,3	0,1	-2,9	1,9	2,1	0,4	0,4	0,39	1,10
Índia	8,0	7,0	9,5	9,6	9,3	6,7	8,6	9,3	6,3	4,5	6,6	7,2	...
Indonésia	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,2	5,8	5,02	4,79
Itália	0,2	1,4	1,2	2,1	1,3	-1,1	-5,5	1,7	0,7	-2,3	-1,9	-0,65	0,51
Japão	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,1	-5,5	4,7	-0,4	1,7	1,6	-0,15	0,61
México	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,9	4,0	1,4	2,15	2,58
Paraguai	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,3	-1,2	14,3	4,23	...
Peru	4,0	5,6	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,34	...
Reino Unido	4,3	2,5	2,8	3,0	2,6	-0,3	-4,3	1,9	1,6	0,7	1,7	2,82	2,33
Rússia	7,4	7,2	6,4	8,2	8,5	5,3	-7,8	4,5	4,3	3,4	7,4	0,63	...
Tailândia	7,0	6,2	4,5	5,6	4,9	2,5	-2,3	7,8	0,1	6,5	2,9	0,73	2,82
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	3,24	0,98
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	...

FORNTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

# INDICADORES

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	3,91	4,86	4,90	4,37	4,83	4,73	1,47	4,69	4,97	2,87	3,65	3,22	2,77
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,45	6,38	4,59
Alemanha	1,44	1,05	0,60	0,31	1,62	0,81	1,70	0,96	0,97	1,78	2,56	0,91	0,23
Argentina	10,50	9,22	8,82	13,53	14,95	23,94	10,28	15,40	17,62	16,39	10,62	....	...
Bolívia	6,33	7,97	5,94	13,66	7,37	10,38	-2,42	8,78	14,57	6,91	6,01	5,78	4,06
Brasil	13,72	8,04	7,21	6,15	5,87	8,33	7,19	8,23	6,97	5,40	6,20	6,33	9,03
Canadá	3,18	2,99	2,83	2,47	4,31	3,42	-2,01	2,68	2,94	3,76	1,37	1,91	1,13
Chile	4,97	7,47	7,15	12,65	4,84	0,47	3,84	8,83	3,33	1,30	1,73	4,40	4,35
China	1,16	3,88	1,82	1,46	4,75	5,86	-0,70	3,31	5,41	2,65	2,63	1,99	1,44
Colômbia	6,47	5,13	15,86	5,78	5,04	7,56	3,41	3,86	6,73	3,17	1,52	2,88	5,01
Coreia do Sul	3,40	2,98	1,03	-0,14	2,40	2,96	3,54	3,16	1,58	1,04	0,70	1,27	0,71
Equador	10,59	4,26	7,73	8,00	6,65	13,85	-1,36	6,75	6,71	4,40	4,95	3,57	3,97
EUA	1,99	2,75	3,22	3,07	2,66	1,96	0,76	1,22	2,06	1,80	1,49	1,62	0,12
França	2,09	1,44	2,11	2,24	2,51	2,25	0,51	0,73	1,23	1,20	1,02	0,51	0,04
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,35	4,91
Indonésia	5,49	8,55	14,33	14,09	11,26	18,15	8,27	8,26	8,12	4,53	4,16	6,39	6,36
Itália	2,89	2,59	1,74	1,87	2,60	2,44	2,07	0,40	1,20	1,50	1,53	0,24	0,04
Japão	-1,71	-1,35	-1,27	-1,11	-0,91	-1,24	-0,51	-2,19	-1,89	-1,20	-0,62	2,75	0,79
México	21,14	8,36	5,21	6,34	4,97	6,06	3,40	4,46	5,37	3,23	1,63	4,02	2,72
Paraguai	12,21	8,99	10,08	6,08	9,77	9,34	2,04	6,10	9,83	5,55	-3,80	5,03	3,13
Peru	2,30	1,99	2,10	8,29	2,39	1,94	1,56	6,01	5,17	2,08	1,73	3,23	3,56
Reino Unido	2,17	2,91	2,81	2,69	2,87	2,89	1,99	3,17	2,13	1,66	1,79	1,46	0,05
Rússia	...	...	12,68	9,69	8,99	14,11	11,67	6,84	8,43	5,08	6,78	7,83	15,53
Tailândia	1,63	3,31	4,56	4,69	3,55	3,84	1,92	3,66	4,25	1,33	1,67	1,90	-0,90
Uruguai	16,54	10,10	0,68	6,53	9,42	8,02	5,58	4,66	8,98	7,37	7,62	8,88	8,67
Venezuela	34,93	33,95	29,60	17,90	15,45	30,13	7,83	45,94	28,15	14,06	40,64	62,17	121,74

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.